

PISANDO NA TERRA DE TUPINAMBÁ O ENCONTRO DO POVO BANTU NA MORADA DOS ENCANTADOS¹

Jéssica Silva de Quadros

Palavras-chaves: Tupinambá; Bantu; Religiosidade.

Antes de começar, é de grande importância afirmar que este trabalho foi elaborado a partir do meu lugar de mulher indígena da etnia Tupinambá. Resido na aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, local onde nasci, cresci e onde hoje, aos 28 anos de idade, sou professora, no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro (CEITSP). Nesse período, além de coordenar a Comissão de Articulação dos Jovens Indígenas (CAJI), atuei no movimento indígena em geral, representando meu povo em eventos, inclusive referentes ao CEITSP, para assuntos relacionados à educação. Partindo desse lugar, apresento agora a minha comunidade e o contexto geral no qual se insere o assunto que vai ser tratado aqui².

A aldeia Serra do Padeiro localiza-se entre os municípios de Una, São José da Vitória, Buerarema e Ilhéus, a 18 km da sede de Buerarema, e nela vivem cerca de 500 indígenas, conforme censo realizado em 2016³. Trata-se de uma das comunidades que se situam na TI Tupinambá de Olivença, com aproximadamente 47 mil hectares, que se estende do litoral até as serras. A aldeia é rodeada por serras cobertas de mata e cortada por rios e nascentes.

O governo brasileiro reconheceu oficialmente nosso povo apenas em maio de 2002. Dois anos depois, em 2004, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) deu início aos procedimentos de identificação e delimitação da nossa TI. No mesmo ano, iniciamos o processo de realização de *retomadas de terras*, recuperando assim partes do nosso território tradicionalmente ocupado por nossos ancestrais, mas que foram, ao longo da história, invadidas por não índios. Contudo, no que se refere à condução do procedimento demarcatório, o Estado vem desrespeitando os prazos determinados pelo Decreto nº 1.775/1996, e o processo ainda não foi concluído.

Em março de 2012, o processo de demarcação foi encaminhado ao Ministério da Justiça (MJ) e, no mesmo ano, a assessoria jurídica do ministério pronunciou-se favoravelmente ao estudo realizado pela FUNAI. Mesmo assim, os sucessivos ministros

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Artigo baseado no meu trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais apresentado na Faculdade de Direito da UFBA em 2018.

³ Comunicação pessoal de Daniela Fernandes Alarcon à autora.

da Justiça não assinaram a portaria declaratória da TI, mesmo após a proposição de três ações civis públicas pelo Ministério Público Federal (MPF), responsabilizando o Estado por desrespeitar a Constituição Federal. A nossa TI continua, tal como ocorre em outras TIs, sem a assinatura da portaria declaratória.

Politicamente, nossa aldeia é representada pelo cacique Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido nacional e internacionalmente como cacique Babau. Internamente, nos organizamos a partir da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro (AITSP), dividida em vários departamentos: saúde, educação, comunicação, grupo de jovens, grupo de mulheres e lideranças. Cabe notar que a organização sociopolítica da aldeia depende da força dos Encantados e da força espiritual do nosso pajé, Rosemiro Ferreira da Silva, mais conhecido como seu Lírio, sobre o qual nos deteremos com mais atenção adiante. Os Encantados são as principais entidades da nossa cosmovisão e de nossa religiosidade. Eles são os donos da nossa terra, nós apenas temos a função de preservá-la e viver bem nela. Eles nos orientam na luta pela garantia de nossos direitos referentes ao território, à educação e à saúde, em todos os âmbitos.

Em seus artigos 215 e 216, a Constituição Federal de 1988 reconhece que o Brasil é um país culturalmente diverso e plural, o que muda o cenário para os povos indígenas e afrodescendentes tanto no que se refere às políticas públicas quanto à consciência nacional. Somos desde então reconhecidos como atores sociais, com a diversidade de nossas culturas e não apenas como “matrizes” que “contribuíram” para a formação da cultural nacional.

Os povos indígenas e afrodescendentes no Brasil têm se consolidado como partícipes autônomos e diferenciados da cultura brasileira. Esse processo é especialmente vivo e relevante entre os povos indígenas e afrodescendentes no Nordeste. Todavia, ao contrário do que, equivocadamente, já se supôs, eles não estariam mais próximos de situações de não diferenciação cultural devido ao maior tempo de contato com a sociedade colonial. Os processos de afirmação étnica de todos os povos indígenas e dos afrodescendentes estão protegidos pelo artigo 231 da Constituição, que reconhece aos índios sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam (...)”. Na mesma direção, no artigo 215 está prevista a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras. Finalmente, o artigo 68 (ADCT) assegura o direito à propriedade definitiva dos territórios ocupados por afrodescendentes/remanescentes das comunidades quilombolas, cabendo ao Estado emitir os títulos respectivos.

No movimento indígena, ao longo de nossas intervenções em eventos diversos ou na organização de eventos na aldeia⁴, aprendemos a conhecer também a luta de outros povos tradicionais, bem como suas culturas e religiosidades específicas. A atuação política e representatividade do nosso cacique Babau são reconhecidas não só pelos povos indígenas, mas também por outros povos tradicionais que lutam para a garantia dos seus direitos. Em três ocasiões, a última delas em 2018, o cacique Babau recebeu homenagens da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), com sede em Salvador, Bahia, cujo presidente é mais conhecido como Taata Konmannanjy. Ao realizar essa aproximação, o presidente da ACBANTU afirmou se identificar com a nossa aldeia em vários pontos no que diz respeito à luta, especialmente à religiosidade e aos Encantados, diante da atuação e posicionamento do cacique Babau.

O resultado do diálogo entre os indígenas Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro e os afrodescendentes, especificamente, o povo de santo, por meio da ACBANTU culminou na XVI Mesa Redonda do Caboclo Camarada Amigo Meu, que aconteceu na Serra do Padeiro entre os dias 28 e 29 de julho deste ano.

O evento apresentou-se como potente iniciativa para a consolidação de diálogo e interação afro-indígena, e para fortalecimento de nossas lutas. Desse modo, este trabalho, por meio da construção de uma exposição fotográfica acerca do evento, objetiva expor de que maneira a realização de um encontro organizado entre uma comunidade indígena e um povo de santo fortalece os respectivos povos tradicionais, no que se refere à quebra de preconceitos e aos avanços na luta pela garantia dos direitos diferenciados.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho apoiou-se, em primeiro lugar, em minha própria interpretação e experiência, pois enquanto mulher, indígena e sujeito de direito considero de extrema importância o meu posicionamento, como

⁴ A exemplo das seis edições do Seminário Cultural dos Jovens Indígenas do Regional Leste, que organizamos em nossa aldeia (sendo a última vez em 2012). Os eventos costumavam reunir, além de povos indígenas de vários estados, representantes de comunidades quilombolas e pescadores artesanais, representantes de movimentos sociais, entidades aliadas e parceiros.

especifiquei na introdução. Em seguida, realizei uma breve revisão bibliográfica de trabalhos realizados por pesquisadoras na Serra do Padeiro, como Couto (2008), Ubinger (2012) e Alarcon (2013), no intuito de propor uma apresentação da nossa religiosidade que dialogue entre as interpretações dessas pesquisadoras.

Depois disso, a partir de minha participação e observação na organização e realização da XVI Mesa Redonda do Caboclo Camarada Amigo Meu, realizei entrevistas semiestruturadas, além de conversas livres, bem como registros fotográficos e audiovisuais. Sendo assim, na minha comunidade, diferentes tipos de interlocutores ocuparam o centro da pesquisa. Realizei entrevistas com meu avô, o pajé, seu Lírio; meu tio, o cacique Babau; minha tia Glicéria Jesus da Silva, presidente da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro (AITSP) e professora do CEITSP, liderança conhecida em nível nacional, que participa do movimento de mulheres e da luta pela terra; minha mãe, Magnólia Jesus da Silva, diretora do CEITSP; e minha avó, Maria da Glória de Jesus, uma das anciãs da nossa aldeia, que faz parte do conselho de mulheres, já atuou como merendeira do CEITSP e trabalha na roça. Minha avó é uma mulher que tem muito conhecimento, sendo reconhecida por suas narrativas sobre as histórias vividas por nossos antepassados. Entrevistei também membros da ACBANTU, destacando-se seu presidente e organizador do evento, Taata Konmannanjy, e algumas lideranças religiosas que participaram do evento. A ACBANTU foi fundada no ano 2000, no centro histórico de Salvador, com o intuito de conhecer melhor a diversidade dos povos Bantu e manter viva essa cultura. Durante os primeiros anos de sua atuação, a associação reunia apenas terreiros de Nação Angola, Congo e Muxicongo, mas atualmente reúne também outras comunidades e povos tradicionais, tais como comunidades quilombolas, extrativistas e de pescadores artesanais, entre outros.

Todos os depoimentos foram realizados durante e depois do evento, gravados e integralmente transcritos para a elaboração deste trabalho. Desse modo, os diversos depoimentos apresentados a seguir remetem às entrevistas realizadas por mim em agosto e setembro de 2018, para atender aos objetivos deste estudo.

Finalmente, procurei reunir registros audiovisuais feitos por participantes do evento, produzidos por pessoas da minha comunidade e do povo de santo presente, por pesquisadoras⁵ que estavam realizando seus trabalhos de campo no mesmo

⁵ Nathalie Pavelic (2019) que trabalhou sobre o processo de construção de um projeto de educação escolar indígena na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, e Larissa Santiago Hohenfeld, que iniciou pesquisa de mestrado junto à UFBA acerca do ritual do *Toré* entre os Tupinambá da Serra do Padeiro e seus significados nos processos políticos e cosmológicos.

período e por uma desenhista⁶, também presente na aldeia naquele momento. Esses registros feitos por terceiros constituem outras fontes que me permitem dialogar cruzando outros olhares e interpretações acerca do evento.

LOUVAR OS ENCANTADOS

A trajetória do meu bisavô, João de Nô⁷, João Ferreira da Silva, pai do meu avô, é de suma importância para entender nossa religiosidade no presente, bem como nossa forma de viver. As memórias dos anciões recordam as situações em que ele *enlouqueceu* como o início do seu entendimento sobre os Encantados. A partir daquele momento, ele se tornou um rezador muito importante na região. Segundo Couto (2008: 126-128) os estados de *loucura* do meu bisavô remontam ao final da década de 1950. A antropóloga registrou o que minha avó, Maria da Glória, nora do meu bisavô, sempre nos conta em relação à vida dele. Sua vida começou já de forma fragilizada, quase nascido morto. Minha avó conta que, ao crescer, ele teve problemas de *loucura*, com quatro crises uma vez adulto. Sem saber o que fazer com ele durante esses ataques, costumavam amarrá-lo com grossas correntes. Mas meu bisavô já possuía algum dom e, ao chamar pela força de São Sebastião, conseguia romper essas correntes, algumas vezes com a ajuda de seu filho ainda pequeno, seu Lírio, meu avô. A ligação entre meu bisavô e meu avô já pode ser percebida nesse ato de desamarrar as correntes.

O pai do meu bisavô, como não sabia mais o que fazer em relação ao filho, resolveu então enviá-lo a força, amarrado, de navio a Salvador, e pedir ajuda a Mãe Menininha do Gantois (Escolástica Maria de Nazaré)⁸. Minha avó explica:

Todo mundo no Brasil falava em Mãe Menininha, da *titia* Mãe Menininha lá em Salvador. Aí, quando ele chegou lá, ela disse a ele que ele era um sábio, que ele tinha muita sabedoria e que ela não ia curar ele, não. Ninguém curava. O Velho Nô [Francisco Ferreira da Silva, pai de João de Nô] não acreditava em nada e o seu [da autora] bisavô sofreu muito porque ele não acreditava. Quando o Velho Nô o levou, [Mãe Menininha]

⁶ Elodie Lacaze, desenhista e ilustradora francesa, mestre em editoração.

⁷ Para mais informações, ver também a biografia de João de Nô elaborada por Daniela Fernandes Alarcon, no site do Projeto “Os Brasis e suas memórias: os indígenas na formação nacional”: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-joao-de-no/>.

⁸ Couto (2008) e Alarcon (2013) também evocam o acontecimento de forma detalhada.

falou: “Largue ele aí, já que está sofrendo, vou ver. Larga aí por um ano, porque ele pode cuidar de mim e não eu cuidar dele, mas como o senhor está num sofrimento arretado, deixe ele aí”. Ele ficou lá um ano. Ela mandou arrancar os dentes dele todos, porque eram podres. Ele já era rapaz nessa época, ele já tinha Lírio.

A partir dessa narrativa, Glicéria interpreta que Mãe Menininha do Gantois apenas “cuidou da parte física dele, e não espiritual, porque ela não podia mexer, ela reconheceu nele que ele era uma representação indígena, que ele era um pajé”. Mãe Menininha teria então reconhecido que a espiritualidade dele pertencia a outra linha e, por respeito, cuidou dele fisicamente para que ele pudesse se recuperar, viver e *trabalhar* na fé dele. Esse acontecimento é de extrema importância também para o entendimento do evento do qual vamos tratar em seguida. Depois de um ano, Mãe Menininha do Gantois o mandou então de volta para casa, para a Serra do Padeiro, cumprir sua *sentença*. Maria da Glória conta:

Quando chegou aqui, ele deu um dom. Ele chegava no lugar que tem uma pessoa doente, ele ensinava um chá, ensinava um banho, ele rezava e a pessoa levantava. Era o trabalho dele. Ele não tinha altar, não tinha santo, ele não tinha nada e nem se manifestava [não incorporava entidades]. Ele não tinha casa do santo, era dentro de casa. Ele tinha o fogo e a beira do fogo, onde ele pegava a conversar. Depois, veio o dom de que era para ele olhar a vida do povo no copo, a visão na água. Ele olhava as coisas naquele copo e via tudo e contava tudo. Antes, ele olhava sem o copo – ele nunca olhou carta, não, era o copo. E aí, eu não sei como, ele conseguiu aquele rosário. Ele tinha o rosário que colocava na mão das pessoas [...]. Santo, ele não tinha. Depois, o primeiro presente de santo e flor foi de Nice de Zé Gomes, porque ele fazia as coisas e as pessoas viam o milagre, viam a coisa acontecer. Até hoje, a gente não comemora santo [no sentido de constituir altares]. [As pessoas] vêm aqui, pedem a Lírio para rezar, a pessoa sara e: “Ah, vou levar um presente!”. Sempre trazem alguma coisa, aí pegamos a zelar. Comadre Maria tinha aquelas coisinhas jogadas lá, foi a derradeira mulher dele. Ela fez uma mesinha e começou a colocar as coisas e botou um copo lá. Ele pegou a rezar no copo e o dom vinha na cabeçadele.

Como minha avó explicou, não foi uma iniciativa do meu avô colocar imagens de santo para confeccionar um altar. As pessoas tratadas por ele as ofertavam em forma de agradecimento, e elas permaneceram conosco. Hoje, as pessoas fazem o mesmo com pajé. Com o passar dos anos, o altar da casa do santo cresceu.

Segundo Couto (2003), os estados de *loucura* de João de Nô podem ser considerados como “a mais antiga iniciação de que se tem notícia na Serra do Padeiro” (*Ibid.*: 126). Ele iniciou as sessões de reza que chamava de *louvações*. Minha avó recorda ainda que João de Nô sempre falava: “Vamos dar uma louvação, vamos louvar. Ele sempre falava em louvar os Encantados. Hoje, eu digo assim: ‘Vai

na *casa do santo*'. Porque colocaram o santo lá, e aí nós chamamos de casa do santo. De primeiro, era: 'Vá no quarto do santo'".

Meu bisavô passou então a realizar regularmente louvações e festejos religiosos – mais particularmente, em louvor a São Sebastião, anualmente, na virada do dia 19 para o dia 20 de janeiro –, e trabalhos de *fechamento de corpo*, que realizamos até hoje na casa do santo à qual minha avó se referiu, sob as orientações do meu avô. Antes de falecer, João de Nô transferiu a seu Lírio seus poderes religiosos. O fechamento de corpo na aldeia é um ritual de passagem. Antes da cerimônia, ficamos ao menos seis meses sem ter qualquer tipo de vaidade, não podemos ingerir bebidas alcoólicas, ir a festas, dançar e nem passar por portas de bar, entre outras restrições. Temos que rezar diariamente, em três horários: às seis horas da manhã, ao meio-dia e às 18 horas. Algumas pessoas chegam a passar um ano ou mais fazendo orações e banhos de folhas, a depender dos casos. Esse processo espiritual sempre foi feito na aldeia, desde o tempo do meu bisavô. A idade certa para realizar um fechamento de trabalho costuma ser a adolescência, para proteger as pessoas e prepará-las para a fase adulta. As pessoas adultas que não têm ainda trabalho fechado geralmente procuram fazer essa limpeza espiritual, na maioria das vezes por causa de algum tipo de perturbação, porque já tiveram crises de loucura, pela carga de energias negativas, ou para limpar e abrir os caminhos.

Meu avô explica que, antes de meu bisavô lhe transmitir seu poder, ele “não sabia de nada”. Depois de uma semana sem entender muito bem o que estava acontecendo com ele, começou a sentir uma força dentro dele e passou a saber o que fazer para curar as pessoas doentes, principalmente com rezas, banhos de folhas e chá. A continuação do culto aos Encantados por meu avô foi primordial para nossa sobrevivência, orientando-nos na luta pela garantia dos nossos direitos.

Nossa religiosidade ou culto aos Encantados apresenta então características específicas de nossa aldeia, reconhecidas pelas antropólogas às quais já nos referimos. Consideramos a Serra do Padeiro – a formação rochosa que dá nome a nossa aldeia – um lugar sagrado. Ela é, para nós, a morada dos Encantados. Além de ser importante para a constituição de nossa religiosidade, a trajetória do meu bisavô representa um exemplo de resistência territorial e de saber viver bem. Herdamos dele e dos Encantados uma forma de viver e de lutar pelos nossos direitos que continuamos reproduzindo até hoje.

Até agora, não defini exatamente o que representam para nós os Encantados. É difícil poder explicar quem eles são, mas vou compartilhar aqui algumas tentativas de interpretação. Segundo o cacique Babau,

O Encantado é algo de muita criação. A gente entende que a Igreja Católica chama de anjo, cada um dá um nome. Nós chamamos de Encantado, que é a nossa ligação com o criador, que chamamos de Tupã, *Nhanderu*, entre outros nomes. Todas as aldeias, todas as nações não vivem sem Encantados. O que mantém o homem de pé é sua fé e sua crença, e o Encantado é o que faz isso para os povos indígenas. Então, se você não tem em quem acreditar, não tem em que você se apegar, você acaba desistindo da vida, porque você não tem origem. Você está aqui mas não sabe para onde você vai. Os Encantados te dão esse conforto na vida e, quando você vai falecer, você já sabe que tem alguém do outro lado que vai te receber. [...] Encantado é um encanto, algo que você não pode explicar [...]. Por exemplo, nós somos Tupinambá porque descendemos da nação desses Encantados. Eles são responsáveis por essa tribo que Tupã botou aqui e ele é responsável. Nós somos filhos de Tupinambá.

Maria da Glória considera que

Encantado é uma benção, é uma luz que Deus deixou [...]. Não existe aldeia sem Encantados. Toda aldeia no mundo tem as visões boas e tem as visões ruins. Se você puxar pelo bom, o bom chega; se você puxar para o ruim, o ruim chega. [...] Os Encantados de luz [...] são um dom. [...] Não são todos que têm Encantados, que sabem das coisas. Tem gente que tem uns Encantados e tem umas visões boas. Tem gente que não. [...] Não é em todos que pega. Quando o Encantado pega na gente é feito o raio do sol. O sol, quando penetra, é igual a um Encantado: ele está em um lugar e ele penetra, aquela força, aquela luz na pessoa, para abrir os caminhos, para ver. [...] O Encantado não tem corpo, é uma luz de Deus. [...] O Encantado só vem com coisas boas, com intenção boa, ele te defende. [...] Os Encantados são alimentados de oração. O Encantado não come e nem bebe. Quando ele chega na pessoa, ele não sabe falar direito. São como aqueles velhos antigos, a gente vê que não sabem falar, falam tudo embolado. Quando a gente chega na mata, ele está ali te ouvindo. O Encantado não é para eu ver, não é para você ver, mas você recebe a benção, você recebe a força. E não é em todas as pessoas que se manifesta. Encantado não tem intrigado e nem inimigo. Seu avô nunca colocou um prato de mel para um santo. Nada. Era flor, vela e rosa branca.

Glicéria – que, além de todas as responsabilidades com as quais lida, tem um papel importante na organização dos nossos festejos e na *limpeza* da casa do santo e de outros locais da nossa aldeia – acrescenta, em referência aos Encantados:

O Encantado é uma luz. A gente consegue acessar as outras energias. Painho [seu Lírio] não distingue um de outro, os seus dons. Ele não proíbe a pessoa de acessar seus dons. A gente acessa as aldeias, a gente não acessa o supremo do supremo. As aldeias têm seus guardiões e a gente vai acessar os guardiões das aldeias. Tudo nos distancia e tudo nos aproxima, como aqui, um lugar que é de doação,

sua fé em cada canto que tem. Eu fico observando meu avô, que só tem [tinha] o copo de ele rezar, o ramo verde de ele passar nas pessoas a cruz e a rosa branca. O restante, tudo que tem ali, foi doado pelas pessoas de acordo com a fé das pessoas. E ele nunca jogou fora nada, acolheu tudo. É o que a gente faz, acolhe todas as fés. Se você acredita em um santo, trouxe uma imagem e colocou lá, nós vamos respeitar. Se você traz uma pedra e coloca lá, nós vamos respeitar. Cada povo tem sua etnia e isso não é pela cor da pele, mas pela cultura que traz.

Glicéria observa ainda que “os Encantados traçam uma rota em um espaço e uma geografia [...], eles trazem uma memória, uma história para a gente”. Esses três depoimentos trazem reflexões e interpretações sobre os Encantados. São eles que nos conhecem e fazem quem somos, nos acolhem, nos protegem, nos fazem viver e nos orientam. As orientações e os ensinamentos deles são primordiais na luta para a garantia dos nossos direitos.

OS ENCANTADOS NA LUTA POR NOSSOS DIREITOS

A partir dos anos 2000, o Encantado Tupinambá nos autorizou a reivindicar nossos direitos, principalmente o direito a nossa terra ancestral. Ele considerou que era o momento de lutar. Já havíamos resistido até então, e era preciso retomar nossa terra. Como expliquei na introdução, fomos oficialmente reconhecidos como Tupinambá pelo Estado brasileiro em 2002 e a partir de 2004 iniciamos o processo de retomada para recuperar parcelas do nosso território invadido por não índios⁹. Naquele momento, o Encantado Tupinambá nos autorizou também a mostrar quem era ele. Segundo o cacique Babau, “ninguém sabia o que era Encantado, porque tinham vergonha de falar. Foi preciso nós dizermos quem era Tupinambá, assumir nossa religiosidade, afirmar quem era ele e provar”. A prova existe, como explica o cacique Babau: “todo mundo veio para cima de nós e nada aconteceu”. Além da violência cometida contra nós pelos grupos locais contrários ao processo demarcatório, o próprio Estado nos atacou várias vezes. Por exemplo, em 2008, quando a polícia chegou atirando em nossa aldeia durante um dia de escola, ferindo homens, mulheres e crianças, e saqueando nossos pertences. Em 2014, foi instalada uma base militar dentro da aldeia, supostamente para “nos proteger”.

⁹ Para mais informações sobre a luta do nosso povo por seu território, ver o documentário *Tupinambá – O Retorno da Terra*, dirigido por Daniela Fernandes Alarcon (disponível em: <<https://vimeo.com/126566470>>) e a dissertação de mestrado da mesma autora, *O Retorno da terra: as retomadas na aldeia Serra do Padeiro, sul da Bahia*, 2013.

Ainda na análise do cacique Babau, o fato de que os indígenas “perderam a vergonha” de dizer que cultuam os Encantados fortaleceu nossa luta. “O Encantado só vem nos alertar para aquilo que ele quer que a gente faça. Nós somos uma parte dele em forma de carne.” Ele avalia ainda que “nunca teve tanta conquista para o povo indígena como de 2000 para cá, depois que se assumiu que os Encantados existem. Veja que a população agora aceita muito mais o índio, ela quer saber do Encantado, quer que os Encantados rezem e passem remédio, ela quer tudo”.

Maria da Glória recorda também que, “logo no início, era escondido, os outros índios tinham medo de falar. E todo dia eu digo: quem quiser vir aqui, me respeita, eu não deixo de agradecer a Deus e ao Divino Espírito Santo e de cuidar dos Encantados. Eu não cuido escondido”. Ela afirma que nossos direitos não são ainda todos garantidos e muito menos aplicados, sobretudo no contexto atual, no qual, em vez de lutar para melhorar a aplicação deles, lutamos para não perder os direitos já garantidos. Contudo, Maria Glória concorda com o cacique Babau, quando avalia que as pessoas não indígenas – pelo menos, algumas delas – têm tido mais interesse em conhecer nossa cultura, ir além das informações preconceituosas ou folclorizadas sobre os povos indígenas que elas costumam receber através da grande mídia e também ao longo de seu percurso na escola¹⁰.

Como já foi dito anteriormente, desde que o povo Tupinambá passou a reivindicar sua identidade, entrando no movimento para a garantia e aplicação dos seus direitos, participamos ou organizamos vários tipos de encontros. Participamos de eventos nacionais e internacionais, organizados por universidades, redes de escolas públicas e privadas, instituições diversas, bem como eventos organizados pelas próprias entidades do governo. Isso nos possibilitou conhecer e interagir com outros movimentos sociais de povos tradicionais. Se nossos Encantados nos fortalecem em nossa cultura e nossa luta, unir-se com esses outros povos que também têm histórias, culturas e entidades de proteções fortes, para a luta dos nossos direitos diferenciados, é muito enriquecedor.

As intervenções do cacique Babau e também de outras lideranças da nossa comunidade publicamente convocam as pessoas para enxergarem e interpretarem melhor a realidade, além de propor soluções concretas referentes às situações dos

¹⁰ Tive oportunidade de discorrer sobre essa questão em trabalho anterior, de 2016: “‘Nem cabelo liso você tem’: Uma análise sobre os estereótipos em relação ao povo tupinambá da aldeia Serra do Padeiro”.

povos indígenas, sempre saudando e respeitando a luta dos outros povos tradicionais. Já vi muitas pessoas se aproximarem dele depois de falas para parabenizá-lo por sua atuação, pedir conselho, convidá-lo para outro evento ou apenas trocar ideias com ele, compartilhando certas vezes que se identificaram muito com o que ele falou. Foi em uma dessas ocasiões que Babau conheceu Taata Konmannanjy, que o homenageou pela primeira vez alguns anos atrás, por sua atuação e suas mensagens de união entre os povos tradicionais. Naquele momento, ficou combinado que Taata Konmannanjy visitaria a nossa aldeia

O (RE)ENCONTRO DOS *MINKISI* COM OS ENCANTADOS

O resultado desta pesquisa se faz presente por meio da exposição fotográfica a que já me referi. No entanto, para além das imagens, apresento aqui elementos da pesquisa de campo que subsidiou a proposta dessa exposição, e algumas reflexões referentes ao diálogo dos povos indígenas da aldeia da Serra do Padeiro com o povo de santo. Início a narrativa com uma recordação de Taata Konmannanjy, que remete para o período anterior à realização do evento e à sua importância:

Tinha convidado Babau para participar de uma mesa redonda na antiga Escola de Medicina [em Salvador]. Foram Babau, sua avó e mais umas três a quatro pessoas. Daí, o Babau me perguntou quando eu iria lá conhecer a aldeia e eu respondi: ‘brevemente. Eu vou, não sei o dia, não sei a hora, mas eu vou na sua aldeia!’. E este ano, graças a Deus, cumpri a promessa... A gente vai conhecendo os povos, respeitando o jeito de ser, não para pegar uma crença ou o hábito do outro povo, mas sim para conhecer e ir deixando o objetivo da experiência que nós fizemos.

O presidente da Associação explica que os povos Bantu chegaram no Brasil colonial em meados do século XVI e foram “os primeiros parceiros dos índios Tupinambás aqui na Bahia”.

Nós, da ACBANTU, somos do povo Ovimbundu, nós falamos quimbunda. Mas também tem o povo Muchicongo, que fala a língua quicongo, e nós tivemos dois povos da mesma etnia Ioruba. Então, foram quatro etnias africanas que estiveram aí na aldeia. [...] Bantu, em português, quer dizer “povo”. E povo significa família. Então, nossa base está toda dentro da família e nós vivemos por oralidade. Poucas coisas você vai encontrar sobre o nosso povo Bantu. Vai encontrar de Ioruba, mas escrita do Bantu, é pouco provável. Quando você acha alguma coisa Bantu, eu creio que 80% está errado porque a gente só passa de pai para filho e de mãe para filha.

Ele alertou ainda que era mais adequado referir-se ao povo de terreiro, e não ao povo de “matriz africana” porque “esse nome é muito genérico e não contempla o nosso povo”. Explicou ainda que “os nossos Encantados, chamamos de *Nkisi*, no singular, e, no plural, *Minkisi* ou *Jinkisi* [plural de *Mukixi*, Angola]”. Em relação à história do povo Bantu, o cacique Babau complementa:

É um povo numeroso, é feito o povo Tupi no Brasil. O povo Bantu, na África, cobre mais de dez países. São várias nações que se chamam Bantu. Como aqui: é Tupinambá que dá origem ao povo Tupi. São mais de 240 etnias que representam Tupinambá. Lá, são muitas nações, eles são mulçumanos também, eles são tudo. Foram os primeiros escravos trazidos para o Brasil. Quando chegaram aqui, se depararam com os indígenas. Quem libertou eles da senzala para fazer os primeiros quilombos no Brasil foram os Tupinambá. Aí, eles acabaram adquirindo a cultura tupinambá, por estarem convivendo conosco, Tupinambá. O que ocorreu é que o povo Bantu no Brasil, na Bahia, em Salvador, resolveu criar uma associação bantu e, como eles são um povo de terreiro mas festejam caboclos, recebem caboclos – que a gente chama de Encantado e eles chamam de caboclo –, eles começaram a chamar a gente, os Tupinambá, para fazer palestra com eles. Eles me levaram a Salvador e me perguntaram se eles podiam vir na aldeia. Eu disse que sim.

Vislumbrando a possibilidade de cumprir sua promessa e ir à aldeia, Taata Konmannañy decidiu sondar a possibilidade de realizar um evento, em vez de fazer uma “simples” visita. Ele conta:

O encontro é a décima sexta edição, sempre com povos indígenas. Nós sempre queríamos ter uma união com os índios para conhecer um pouco a cultura e a religiosidade indígena. Sempre [queremos] que os índios falem pelos índios e não que pessoas outras falem. É uma coisa que temos entre nós mesmos: cada qual fala pelo seu cada qual. [...] Para nós, nesse encontro, surgiu um destaque principal: nós presenciamos um pouco da cultura de vocês, um pouco da religiosidade de vocês e foi um encontro muito maravilhoso. Eu acho que igual não terá. Pode ser que tenha algo melhor em outro aspecto, mas nesse aspecto que vimos, não vai ter mais, porque foi muita energia, muita força, muito sonho, muitas alegrias. [...] E o que eu acho incrível, Jéssica – depois você vai ver isso com o tempo –, é que os indígenas reconhecem o Bantu sem conhecer o Bantu. Acho que isso é coisa espiritual, isso aconteceu comigo duas vezes.

O que ele disse no final é muito forte, mostra um sentimento de ligação apesar de reconhecer que nossos povos são diferentes, de origens diferentes, mas que em algum momento nas suas trajetórias se encontraram e se reencontraram novamente, por ocasião da XVI Mesa Redonda do Caboclo Camarada Amigo Meu.

Taata Konmannañy veio uma primeira vez à aldeia em abril de 2018, de maneira a realizar uma visita prévia ao encontro, e tratar em pessoa de assuntos

referentes à data possível e à organização, em especial à alimentação e à logística. Após esse primeiro contato em pessoa na aldeia, buscou ajuda financeira em várias entidades e secretarias do estado da Bahia, principalmente para o deslocamento e a alimentação. Durante uma reunião à qual acompanhou Babau em maio de 2018¹¹, no Centro Administrativo da Bahia, conseguiu apoio de secretarias de Estado. Magnólia lembra que começaram a elaborar a lista de alimentação, explicando para ele que alguns alimentos poderiam ser comprados na aldeia, através da AITSP, e começaram também a resolver as questões do deslocamento:

Aí somou, deu um valor e ele depositou na minha conta para organizar as coisas. Fui e comprei toda essa parte de alimentação. [...] O cardápio foi feito com ele. [...] Teve frutas, o pessoal gostou, o churrasco foi ele também, não houve nenhuma exigência. Eu adorei o encontro, muito bom, foi ótimo, maravilhoso. Ele foi muito bom mesmo, foi um encontro leve, umas pessoas ótimas para lutar. Todo mundo gostou.

O evento aconteceu entre os dias 27 e 29 de julho de 2018 (ver programação em anexo), na sede da aldeia Serra do Padeiro. Mesmo com a programação, ninguém – tanto da aldeia quanto do povo de santo – sabia exatamente o que ia acontecer, no sentido de que consideraram que, mais que um evento, tratava-se de uma *festa de caboclos*. Sendo assim, os próprios caboclos iam decidir.

Uma semana antes, o grupo jovem da aldeia reuniu-se com a ajuda de Glicéria para preparar a recepção do povo de santo e também organizar o espaço onde iria acontecer a mesa redonda. Para a ocasião, decidiram realizar uma pintura corporal que representasse folhas, feita com jenipapo, mas também argila, de modo a produzir um contraste de cores. Glicéria orientou os jovens a confeccionar *taquaras* de bambu ornamentadas de penas (ver fotografia na exposição), que seriam ofertadas a cada um dos pais, mães, filhas e filhos de santos, de maneira a *fortalecer* seus terreiros com a energia do evento. Eles se reuniram também para ensaiar um *Toré*¹², durante o qual usariam as *taquaras* que foram presenteadas.

Do lado do povo do santo, Taata Konmannanjy confessou que muitas pessoas estavam na expectativa também de poder estar em uma aldeia indígena.

¹¹ O Cacique Babau estava em Salvador neste momento à convite da UCSAL para participar de uma mesa redonda. Aproveitou também de estar de passagem em Salvador para ir na Secretaria de Educação acompanhar o processo da construção do CEITSP.

¹² O *Toré* é o ritual no qual nos reunimos em volta do fogo para entoar nossos cantos e bater o maracá, instrumento de percussão feito com cabaça ou coco e sementes.^[17]_{SEP}

Segundo ele, essas pessoas não tinham ideia de como poderia ser. Elas estão acostumadas a receber os caboclos no terreiro delas, mas recebê-los na casa deles, na casa de Tupinambá – o guardião da aldeia – criou uma grande expectativa.

A recepção do povo de santo na aldeia aconteceu no final da manhã do sábado, 28 de julho. Estávamos todos prontos, o fogo do Toré estava aceso, como sempre, os jovens pintados e trajados com tangas e cocares. Muitas folhas cheirosas foram colhidas e guardadas para esse momento. Na chegada do ônibus, antes mesmo de o povo de santo descer, o grupo de jovens posicionou-se, formando uma fila com as meninas de um lado e os meninos do outro, entoando nossos cantos ao som dos maracás e das taquaras batidas no chão. O povo de santo, com seu vestuário, de cores brancas e coloridas, desceu do ônibus, e as expressões dos seus rostos mostraram que eles estavam já *encantados* com tal acolhimento. Após os primeiros cantos do grupo de jovens, o povo de santo respondeu com seus cantos, e começaram a avançar passando pelo corredor formado pelos jovens que os seguiram cantando também. Formaram outro corredor, junto com outras pessoas da aldeia, na frente na casa de santo. As folhas cheirosas foram jogadas sobre o povo de santo, enquanto as mulheres tupinambá passavam incenso.

Esse primeiro momento foi muitíssimo forte. Maria da Glória ressalta também que a recepção do povo do santo “foi muito bonita! Forte, forte! Quando os jovens cantaram, que jogamos as folhas, que encontramos eles do lado do outro – cheguei a me arrepiar agora, eu falando!”. Os *Minkisi* de algumas pessoas do santo já começaram a se manifestar. No início, algumas tentavam se controlar porque era a primeira vez que estavam em uma aldeia indígena e não sabiam como poderiam atuar. Ao perceber isso, o cacique Babau falou para todos que não era para repreender, era para “deixar os caboclos chegar” porque “estão em casa”. A respeito dos cantos, Glicéria explica:

A nossa força de Encantados é uma força em expansão. É uma força que todos sentem, todos se arrepiam, todos levitam. Nossos cantos levam as pessoas a imaginar irem para uma aldeia e se conectarem com nossa ancestralidade. Então nossos cantos têm esse poder. Nós fazemos uma cura através dos cantos, nós temos um poder através do canto de fazer uma transição, para as pessoas irem até seu mundo exterior e sentirem o que está acontecendo ali, naquele momento. É um tratamento espiritual, uma elevação espiritual. Eles conseguem fazer essa transposição e algumas pessoas não conseguem sentir. Os dons têm que ser respeitados.

Após esse primeiro momento de acolhida forte, o evento transcorreu entre falas e cantos do povo de santo e também dos Tupinambá. Os *Minkisi* chegavam um após o outro ou ao mesmo tempo. Além dos momentos de falas, da entrega das homenagens (da ACBANTU ao cacique Babau, entre outras), de socializações durante as refeições preparadas pelas mulheres da aldeia, houve também, no último dia, visitas a lugares sagrados na aldeia: pela manhã, em uma mata próxima à sede, e pela tarde, os conduzimos a conhecer o rio de Una. Durante os passeios nesses dois lugares, *Minkisi* e Encantados manifestaram-se em várias ocasiões, trazendo cantos e falas lindas. Observei que os *Minkisi* se manifestaram mais que os próprios Encantados, talvez justamente pela força e impacto de eles se encontrarem na casa do Encantado Tupinambá. Em relação a tal observação, o cacique Babau observa:

Há muito tempo eles não iam a uma floresta boa, para fazer um bom ritual, uma vez que eles vieram sequestrados, vieram para trabalhar para os outros e nunca tiveram acesso à origem da floresta. Porque na África, boa parte da floresta não é muito diferente da gente do Brasil aqui. Então, eles vieram e foi uma festa linda, porque eles se encontraram e puderam ser libertados. A gente sabia disso, então a função de Tupinambá é promover e deixar isso acontecer. Então, foi muito bom para eles, mas foi um ensinamento também para a comunidade. Uma parte não sabia que foram os Tupinambás que libertaram os primeiros negros das senzalas.

Esses dois dias foram curtos, mas nos permitiram nos conhecer mais e trocar saberes. Nesse sentido, Glicéria avalia:

Muitos dos conhecimentos indígenas estão dentro do candomblé e é isso que acontece: por cultuar muito os orixás, eles não pararam para distinguir o que é orixá e o que é indígena. Eu estava observando que o povo Bantu tem muito do que a gente faz: não tem muita escrita, é mais de oralidade. E eles não deixam escrever, é só na oralidade. [...] A diferença do candomblé para a questão indígena é que, na questão de Encantado, nós não trabalhamos com sacrifício e eles trabalham com sacrifício de sangue. Nós, indígenas, usamos um cocar de pena, e os orixás usam uma coroa diferente.

Dona Maria complementa que vê também diferenças com os nossos Encantados: “Eu acho muita diferença. Lá, eles fumam, eles comem, eles botam oferenda”. Segundo ela, o povo de santo veio também com essa expectativa de troca de conhecimentos: “Eles queriam ver um pouco como a gente trabalha. [...] Até hoje eles estão felizes, a gente via a felicidade no rosto e eles saíram alegres, felizes, parecendo que tiraram um peso de cima deles”. Após a finalização do evento, Babau avalia que

Foi um encontro para demonstrar que os seres humanos têm que se juntar para somar esforços, lutar para o que vem, porque o que vem é tão perigoso que, se as forças não somarem, serão destruídas. Esse encontro serviu para o mundo todo. Primeiro, para quebrar preconceito, mostrar para as outras etnias [indígenas] que não há problema algum em receber os povos de terreiro, que não altera a nossa cultura. Segundo, para mostrar que nós somos um povo de proteção. Todos que pedem proteção a Tupinambá – Tupinambá é o ser da guerra –, ele vai proteger. Então, eles pediram e nós recebemos. Foi de importância para nós, mas para eles foi ainda maior. Eles receberam a proteção de Tupinambá. Então, daqui para a frente, as dificuldades que eles tinham já não vão ter tantas. Até mesmo de perturbações de igrejas evangélicas, perturbando os terreiros deles e a polícia perturbando, tudo isso já começa a não perturbar tanto. E, em contrapartida, não só de um lado, nós, como pessoas, crescemos também, por conhecer uma outra cultura que a gente não conhecia. Por exemplo, [ir] à África ia ser um grande conhecimento para nós e, para eles, aqui foi um grande conhecimento.

Contudo, Glicéria considera que, apesar de ter sido uma rica troca de experiências, em realidade não houve nesse encontro uma troca de conhecimentos. Dias depois do encontro, ela foi para a mata e recebeu o aviso de que esse evento havia sido importante, mas não era suficiente. Para haver troca de conhecimentos de fato, precisariam realizar mais dois eventos:

Esse encontro que teve aqui, de mais importante, só foi a chegada. Não vi ensinamento, só teve a recepção. Só teve mesmo [...], praticamente, umas boas-vindas, não teve ensinamento. Para ter ensinamento, tinha que deixar os Encantados chegarem e falarem. Não teve esse momento. Só teve o momento da chegada, só teve o acolhimento aqui na aldeia. O acolhimento dos Encantados aos povos de terreiros. Não teve ensinamento – pelo menos foi isso que a mata me falou. A mata falou que seriam três, para a pessoa entender, para a pessoa aprender. Primeiro, foi a chegada; depois, tem que saber para onde vai partir. Não pode um só querer fazer tudo. Então, são três. Então, essa questão que nós tivemos com eles foi recebê-los, [receber] os Encantados deles, os orixás. Fazer uma acolhida para eles, para os caboclos deles. Eles precisam da energia da natureza porque eles lá na cidade não têm mais. As energias deles ficam poucas e a energia tem que ser expansiva para curar a terra. Foi por isso que a gente preparou as folhas, as taquaras, tudo isso. Recebemos eles com todos os merecimentos que eles têm de seu modo de vida. Isso mostra que os povos trabalham coletivamente, e o conhecimento, a troca é coletivo. Isso nos mostrou uma força coletiva. Não é individualmente, não é o orixá individualmente, é a força coletiva.

Com isso, Glicéria não quer dizer que os Encantados não estavam presentes, mas, como observamos e comentamos, os *Minkisi* manifestaram-se mais do que eles. Os Encantados eram, nesse primeiro evento, os anfitriões. Para que haja ensinamento, é preciso de mais dois encontros. Para comentar uma anedota, tanto é que o povo de santo da ACBANTU carregou sem querer duas chaves: a chave de uma

das casas onde ficaram hospedados na aldeia e a chave do atabaque. É bem simbólico, porque parece carregar a mesma mensagem que o aviso que Glicéria recebeu na mata sobre a necessidade de organizar mais dois encontros. Ela, inclusive, compartilhou com eles essa visão quando foi para Salvador participar de um evento e aproveitou para recuperar as chaves na ACBANTU.

Assim como assinalou Taata Konmannanjy, o evento foi também uma nova ocasião para que houvesse um (re)encontro entre a nação Tupinambá e a nação Bantu. E foi também a oportunidade de um outro (re)encontro: uma das netas de Mãe Meninha do Gantois, Mónica Millet, estava presente. Ressaltamos que ela pertence a outra linha de santo, sendo iniciada na tradição Keto, de língua ioruba. A presença dela teve uma marca simbólica muito forte, devido à ligação entre meu bisavô, João de Nô, e a avó dela, Mãe Meninha do Gantois, à qual já nos referimos. A presença dela foi possível graças a um primeiro encontro entre Glicéria e ela, organizado pela antropóloga à qual já me referi também, Patrícia Couto, durante o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), em Salvador, em setembro de 2017. Fazia muitos anos que Glicéria queria conhecer alguém do Terreiro do Gantois, no intuito de tentar obter mais informações sobre a passagem de João de Nô no terreiro de Mãe Menininha. Como Patrícia conhecia Mónica, uma das netas da mãe de santo, as agendas se encaixaram e o encontro aconteceu. Glicéria lembra que a conversa que teve com Mónica foi muito forte em emoções para as duas. Entre outras informações que trocaram durante a conversa, Glicéria comentou sobre o uso do copo para ter visões por seu avô e agora por seu pai, ao que Mónica respondeu que Mãe Menininha também “tinha um copo, e nesse copo ela olhava tudo. Ela tinha a peneira, os búzios, mas ela olhava e dizia tudo pelo copo!”. Ou seja, exatamente como meu bisavô fazia e como meu avô faz ainda hoje.

Glicéria convidou então Mónica para ir à aldeia e ela acabou vindo quase um ano depois, para o evento que apresentamos neste trabalho. Aqui, ela conheceu o pajé, filho de João de Nô, a casa do santo e teve oportunidade de conversar com Maria da Glória. Foi um encontro muito forte e lindo, que mereceria outro texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destas páginas, tentei primeiramente apresentar ao leitor o meu povo, minha aldeia e, mais particularmente, nossa religiosidade – chamando atenção

para a importância dos Encantados em todos os âmbitos de nossa vida sociopolítica –, a luta pela terra e a garantia dos nossos outros direitos. Isso era importante para que pudéssemos refletir sobre a XVI Mesa Redonda do Caboclo Camarada Amigo Meu e dar elementos para entender de que maneira a realização de tal encontro, organizado entre uma comunidade indígena e um povo de santo, permite fortalecer ambos os povos tradicionais, suas respectivas culturas, e avançar juntos na luta pela garantia dos nossos direitos diferenciados.

Somos um povo de acolhida, de levar e deixar coisas boas com as pessoas, pois não somos nada sozinhos. Como disse Glicéria, a “força vem do coletivo”, da união entre os povos, só assim somos mais fortes. Esse encontro foi então mais uma prova de como é bom poder contribuir e compartilhar suas vivências e histórias com outras nações. Podemos ajudar o próximo sem deixar de ser o que somos e sem querer ser o que o outro é. Todas as culturas são lindas e cada uma tem sua doutrina diferente da outra. O que deve haver sempre é o respeito entre todas, pois não existe religião melhor ou pior, existem religiões. Sendo assim, com a união e pensando no coletivo, temos mais força para combater os preconceitos, e cada nação pode ajudar a outra a lutar pelos seus direitos.

Escrever sobre o evento me permitiu analisar de forma retrospectiva o seu significado e o impacto que teve tanto para minha comunidade quanto para o povo Bantu, mas também para mim. Entrevistar pessoas da minha aldeia e também Taata Konmannanjy me fez entender a amplitude dos desdobramentos da iniciativa, pois, além de ter impacto em nós, que participamos, os ecos que dela surgirão em outros lugares, em outros povos podem transmitir essa mensagem de união, no intuito de somar forças para a luta pela garantia dos nossos direitos. Este texto representa, então, uma primeira tentativa de diálogo sobre os resultados do encontro.

REFERÊNCIAS

ALARCON, D. F. **O retorno da terra:** as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Dissertação de mestrado (Ciências sociais). Brasília, Universidade de Brasília, 2013.

_____. **Tupinambá – O Retorno da Terra.** Documentário em vídeo, 2014. Disponível em: <<https://vimeo.com/126566470>>. Acesso em: 20 set. 2018.

___; TUPINAMBÁ, Atiati; GÓIS, Aléxis; LIGABUE, Fernanda. **Areal**. Documentário em vídeo, 2016. Disponível em: <<https://vimeo.com/170808117>>. Acesso em: 20 set. 2018.

___ . **João de Nô, o primeiro rezador da Serra do Padeiro**. Projeto Os Brasis e suas Memórias: os indígenas na formação nacional. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-joao-de-no/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

COUTO, Patricia Navarro de Almeida. **Os filhos de Jaci**: ressurgimento étnico entre os Tupinambá de Olivença, Ilhéus, BA. Trabalho de conclusão de curso (Antropologia). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2003.

___ . **Morada dos encantados**: identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Buerarema, BA. Dissertação de mestrado (Antropologia). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, nº1.896, portaria 14619 - código 78186.

FERREIRA, Sonja Mara Mota. **A luta de um povo a partir da educação**: Escola Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro. Dissertação de Mestrado (Educação). Salvador, Universidade do Estado da Bahia, 2011.

MAGALHÃES, Aline Moreira. **A luta pela terra como “oração”**: sociogênese, trajetórias e narrativas do “movimento” Tupinambá. Dissertação de mestrado (Antropologia social). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MEJÍA LARA, Amiel Ernenek. **“Estar na cultura”**: os Tupinambá de Olivença e o desafio de uma definição de indianidade no sul da Bahia. Dissertação de mestrado (Antropologia social). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República em Ilhéus. Recomendação nº13/2014. Arquivo do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro.

PAVELIC, Nathalie Le Boulter. *Aprender e ensinar com os Outros: a educação como meio de abertura e de defesa na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro (Bahia, Brasil)*. Tese de doutorado. (Pós-Cultura), Salvador, Universidade Federal da Bahia / (IIAC-LAIOS), Paris, Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales, 2019.

QUADROS, Jéssica Silva de. **“Nem cabelo liso você tem”**: uma análise sobre os estereótipos em relação ao povo tupinambá da aldeia Serra do Padeiro. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Gestão de pessoas). Itabuna, FTC, 2016.

UBINGER, Helen Catalina. **Os Tupinambá da Serra do Padeiro**: religiosidade e territorialidade na luta pela terra indígena. Dissertação de mestrado (Antropologia). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012.